



Banco Original

**Demonstrações Financeiras Preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil**

Conglomerado Financeiro Original

30 de Junho de 2014

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	11
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	11
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Consolidação	11
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 5 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	20
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	21
Nota 10 . Outros Créditos	24
Nota 11 . Outros Valores e Bens	27
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	27
Nota 13 . Imobilizado de Uso	28
Nota 14 . Intangível	28
Nota 15 . Diferido	28
Nota 16 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	28
Nota 17 Obrigações por Empréstimos	29
Nota 18 Outras Obrigações	29
Nota 19 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	30
Nota 20 . Patrimônio Líquido	31
Nota 21 . Limites Operacionais	32
Nota 22 . Partes Relacionadas	32
Nota 23 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	33
Nota 24 . Despesas de Pessoal	34
Nota 25 . Outras Despesas Administrativas	34
Nota 26 . Despesas Tributárias	34
Nota 27 . Outras Receitas Operacionais	34
Nota 28 . Outras Despesas Operacionais	35
Nota 29 . Resultado não Operacional	35
Nota 30 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	35
Nota 31 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	35
Nota 32 . Outras Informações	37

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras Combinadas do Conglomerado Financeiro Original S.A. (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

O Conglomerado é formado pelo Banco Original do Agronegócio do S.A e Banco Original S.A.

Em 2013 o Conglomerado passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido iniciamos atividades no segmento Corporate ocorrido no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados extremamente satisfatórios em termos do volume da Carteira de Crédito e pela qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2014 continuamos expandido as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado neste importante nicho do mercado Brasileiro.

• Projeto Banco Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios iniciamos em 2013 e de forma mais acelerada 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para construção de um banco digital completo que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. Lançamento previsto para 2015.

• Desempenho nos Negócios**1. Resultados**

Na análise comparativa deste primeiro semestre de 2014 com o mesmo período de 2013, destacamos:

O crescimento de 87% da carteira de operações de crédito que está representado pela expansão do segmento corporate e a aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos, que por serem de menor risco geram menor margem financeira, mas também resultam em menores despesas com provisão de crédito.

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, apesar de expressivo crescimento da carteira de crédito, nossa despesa com provisão de crédito teve redução de 11,5% em função da melhora da qualidade do portfólio, evidenciada no índice de carteira vencida a mais de 60 dias, que reduziu de 9,7% para 3,1%. Mesmo com a queda no montante de despesa da provisão de crédito nosso índice de cobertura, apurado pela relação entre o saldo de provisão e os créditos vencidos acima de 60 dias aumentou de 141,1% comparativamente aos 58% anteriores.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira apresenta um crescimento de 6,4% que além dos impactos já apresentados temos o aumento do resultado com instrumentos derivativos para atender as necessidades de gestão decorrentes de fatores de risco de nossos clientes.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 3.242.304 mil (2013 - R\$ 2.970.282), são representados por: R\$708.780 de Aplicações Interfinanceiras (2013 - R\$ 701.245), R\$ 609.836 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (2013 - R\$ 1.065.837) e Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos, de R\$ 1.557.341 mil (2013 - R\$ 807.088).

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$1.627.480 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$70.139 mil, correspondente a 5% da carteira total, em junho de 2013 correspondiam a R\$ 870.966 mil, R\$63.878 mil, respectivamente.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do semestre R\$1.810.010 mil e em 2013 R\$2.486.791

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$2.060.504 mil (Capital Social - R\$ 2.181.972 mil, Aumento de Capital R\$ 2.342, Ajustes de Avaliação Patrimonial - 3 mil, Reservas de Lucro R\$2.425 e Prejuízos Acumulados - R\$126.238 mil), comparados a R\$2.018.321 mil (Capital Social - R\$2.169.413 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$3.406 mil, Reserva de Lucros R\$1.553 e Prejuízos Acumulados - R\$156.051 mil).

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's (1)	BR - 2	Baa2.br
Standard & Poor's (2)	brA-3	brBBB

(1) Atualizado em maio de 2014.

(2) Atualizado em junho de 2014.

• Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais e a estrutura dos comitês de que governam o processo de gestão do Conglomerado. A Instituição entende que é fundamental para o desempenho dos negócios manter um processo de decisão transparente que possibilite a todos os colaboradores a possibilidade de agregar valor ao negócio.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2014, foram abertas 60 demandas sendo 58 referente ao produto crédito consignado (2013 - 136), 1 referente ao crédito imobiliário e 1 referente ao seguimento comercial todas informadas à Alta Administração do Conglomerado, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução Bacen nº 3.849/2010.

- **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 29 de julho de 2014.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP -
Brasil Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 29 de julho de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
Ativo Circulante		2.331.995	2.404.824
Disponibilidades	5	10.271	1.699
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	704.698	697.522
Aplicações no Mercado Aberto		699.411	666.083
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.287	31.439
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	322.191	1.062.311
Carteira Própria		43.369	992.809
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	11.112
Vinculados à Prestação de Garantias		274.460	55.020
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b	4.362	3.370
Relações Interfinanceiras	8	3.353	1.146
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.213	34
Créditos Vinculados:		383	187
Depósitos no Banco Central		383	187
Correspondentes		1.757	925
Operações de Crédito	9	1.104.139	585.979
Setor Privado		1.161.322	639.245
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(57.183)	(53.266)
Outros Créditos		180.466	49.817
Carteira de Câmbio	10.a	72.622	8
Rendas a Receber		442	125
Negociação e Intermediação de Valores		2.518	1.810
Créditos Tributários	10.b	32.549	26.342
Diversos	10.d	73.417	23.827
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(1.082)	(2.295)
Outros Valores e Bens	11	6.877	6.350
Despesas Antecipadas	11	6.877	6.350
Ativo Realizável a Longo Prazo		834.789	417.206
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.082	3.723
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.082	3.723
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	287.644	3.526
Carteira Própria		65.855	3.435
Vinculados à Prestação de Garantias		221.789	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	91
Operações de Crédito	9	338.097	221.109
Setor Privado		349.971	229.426
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(11.874)	(8.317)
Outros Créditos		146.338	158.552
Créditos Tributários	10.b	146.338	158.552
Outros Valores e Bens	11	58.628	30.296
Outros Valores e Bens		74.116	45.784
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)	(15.488)
Permanente		75.520	148.252
Investimentos	12	1.134	131.223
Participações em Coligadas e Controladas:		530	130.619
No País	12	530	130.619
Títulos Patrimoniais		401	401
Outros Investimentos		203	203
Imobilizado de Uso	13	21.745	7.810
Outras Imobilizações de Uso		33.483	17.452
(Depreciações Acumuladas)		(11.738)	(9.642)
Ativos Intangíveis	14	52.641	8.026
Ativos Intangíveis		52.641	8.026
Diferido	15	-	1.193
Gastos de Organização e Expansão		-	8.383
(Amortizações Acumuladas)		-	(7.190)
Total do Ativo		3.242.304	2.970.282

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
Passivo Circulante		766.233	626.489
Depósitos	16.a	190.688	293.753
Depósitos à Vista		28.516	28.439
Depósitos Interfinanceiros		-	36.492
Depósitos a Prazo		162.172	228.822
Captações no Mercado Aberto	16.b	9.500	10.999
Carteira Terceiros		9.500	10.999
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	395.474	201.216
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		395.474	201.216
Relações Interfinanceiras		72	346
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		72	346
Relações Interdependências	16.d	6.174	559
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.174	559
Obrigações por Empréstimos	17	15.480	-
Empréstimos no Exterior		15.480	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16.e	24.252	6.811
Outras Instituições		24.252	6.811
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.066	4.324
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.066	4.324
Outras Obrigações	18	122.527	108.481
Carteira de Câmbio	10.a	200	8
Fiscais e Previdenciárias	18.a	39.842	17.049
Negociação e Intermediação de Valores		2.881	2.799
Diversas	18.b	79.604	88.625
Passivo Exigível a Longo Prazo		413.986	324.902
Depósitos	16.a	324.190	258.673
Depósitos a Prazo		324.190	258.673
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	31.402	11.850
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		31.402	11.850
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16.e	3.993	1.914
Outras Instituições		3.993	1.914
Outras Obrigações	18	54.401	52.465
Diversas	18.b	54.401	52.465
Resultados de Exercícios Futuros		1.581	570
Rendas Antecipadas		1.581	570
Patrimônio Líquido	20	2.060.504	2.018.321
Capital Social:		2.184.314	2.169.413
De Domiciliados no País	20.a	2.184.314	2.169.413
Reservas de Lucros		2.425	1.553
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	3	3.406
Prejuízos Acumulados		(126.238)	(156.051)
Total do Passivo		3.242.304	2.970.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Receitas da Intermediação Financeira		213.479	204.264
Operações de Crédito	9.g	96.343	132.806
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	50.190	73.910
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	70.267	(2.699)
Resultado de Operações com Câmbio		(3.321)	247
Despesas da Intermediação Financeira		(65.617)	(65.279)
Operações de Captação no Mercado	16.a.1	(42.825)	(39.616)
Operações de Empréstimos e Repasses		(338)	(304)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(22.454)	(25.359)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		147.862	138.985
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(88.432)	(81.045)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	23	6.143	1.168
Despesas de Pessoal	24	(46.560)	(37.209)
Outras Despesas Administrativas	25	(31.306)	(39.416)
	26	(9.531)	(8.638)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(178)	8.428
Outras Receitas Operacionais	27	2.831	1.297
Outras Despesas Operacionais	28	(9.831)	(6.675)
Resultado Operacional		59.430	57.940
Resultado não Operacional	29	(855)	(35)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		58.575	57.905
Provisão para Imposto de Renda		(11.342)	(2.850)
Provisão para Contribuição Social		(6.154)	(1.474)
Ativo Fiscal Diferido		(2.813)	(11.010)
Participações no Lucro		(14.105)	(15.417)
Lucro Líquido do Semestre		24.161	27.154
Lucro Líquido por Ação - em R\$637.826.073 Ações		0,0379	0,0426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos Acumulados)	Total
				Reserva de Lucros	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		2.098.620	-	1.553	-	6.718	(183.205)	1.923.686
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	70.793	70.793
Aumento de Capital		70.793	-	-	-	-	(70.793)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(3.312)	-	(3.312)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	27.154	27.154
Saldos em 30 de Junho de 2013		2.169.413	-	1.553	-	3.406	(156.051)	2.018.321
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.181.972		2.302	-	504	(147.934)	2.036.844
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(501)	-	(501)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	24.161	24.161
Aumento de Capital	20.a	-	2.342	-	-	-	(2.342)	-
Reserva de Lucros	20.c	-	-	123	-	-	(123)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.181.972	2.342	2.425	-	3	(126.238)	2.060.504
Mutações do Semestre		-	2.342	123	-	(501)	21.696	23.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		24.161	27.154
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:		46.649	55.717
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	22.454	25.359
Reversão de Outras Provisões de Crédito		-	(1.070)
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	12	178	(8.428)
Depreciações e Amortizações	24	1.529	1.981
Tributos Diferidos		2.813	11.010
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	5.570	5.544
Provisão de Participações no Lucro		14.105	15.417
Outras Provisões		-	5.904
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		70.810	82.871
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		162.578	(28.638)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		169.417	(152.993)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras		(2.296)	(335)
<i>e Interdependências</i>			
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(398.999)	34.323
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(9.334)	60.427
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(40.453)	(1.130)
Aumento (Redução) em Depósitos		45.425	(80.033)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(69.329)	(35.197)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		192.627	5.336
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		17.872	(5.021)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(23.866)	(164.393)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		625	(87)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		115.077	(284.870)
Atividades de Investimento			
Alienação de Investimento		70.944	267
Aquisição de Imobilizado de Uso		(13.935)	(2.393)
Aplicações no Intangível		(44.615)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		574	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		12.968	(2.126)
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(14.450)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(14.450)	-
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		113.595	(286.996)
Modificações na Posição Financeira:			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	5	596.087	955.989
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	709.682	668.993
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		113.595	(286.996)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, financiamento e investimento, de crédito rural, de crédito imobiliário, de cessão de crédito, operações compromissadas e mercado de câmbio; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito rural, de financiamento e de investimento, operações compromissadas e de câmbio, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as Normas do Conglomerado Financeiro, do Bacen, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

Estas demonstrações financeiras combinadas e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração aprovou as Demonstrações Financeiras Combinadas relativas a 30 de junho de 2014 na data de 29 de julho de 2014.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 30 de junho de 2014 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido, das entidades que compõem as demonstrações financeiras combinadas estão assim representados:

	Banco Original S.A		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Total do Ativo	2.875.980	2.472.216	418.485	717.260
Total do Passivo	2.875.980	2.472.216	418.485	717.260
Total do Patrimônio Líquido	1.953.701	1.915.665	106.803	102.656
Total Lucros (prejuízos) Líquidos	21.694	13.490	2.468	13.664

Nos procedimentos de combinação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 24.161 mil, contra um Lucro de R\$27.154 mil apresentados no primeiro semestre de 2013.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2014 e 2013, os valores são compostos conforme Nota 5.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso e Diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo, edificações - 25 anos instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos, conforme Nota 13.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme Nota 15.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 30 de junho de 2013, o ativo diferido está representado por gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa. Em junho de 2014 o saldo do diferido foi totalmente amortizado.

j.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do projeto Banco Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até junho de 2014.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2014 foram realizados testes e a Instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo esse impacto no resultado. Em junho de 2013 não foram identificados indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entenda-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 22.c.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Consideramos como parte relacionada a pessoa ou entidade que está relacionada ao mesmo grupo econômico, ao pessoal chave da administração e pessoas que possuam relação de parentesco (cônjuge, filho de pessoas, filhos do cônjuge) com esses membros.

s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2014 e 2013 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

u) Informações Suplementares

Até o momento da elaboração das Demonstrações Financeiras referentes aos semestres encerrado em 30 de junho de 2014 foram publicadas duas normas legais relacionadas à matéria tributária, que embora tenha início de vigência em 1º de janeiro de 2015, poderiam produzir algum evento subsequente nos resultados auferidos pelo Conglomerado Original, ora demonstrados, cujos procedimentos adotados pela Administração estão adiante descritos:

Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973, fruto da conversão da MP 627/13, revogou o RTT - Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, regime que eliminava os efeitos tributários dos ajustes contábeis efetuados em função das alterações introduzidas na Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 pela Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2008.

Mencionada Lei concedeu às pessoas jurídicas a opção de antecipar seus efeitos da Lei para o ano - calendário de 2014, o que resultaria na adoção de todos os procedimentos tributários nela inseridos, a partir de 1º de Janeiro de 2014.

A Administração fez uma avaliação dos efeitos decorrentes da utilização da prerrogativa acima mencionada e concluiu que a antecipação de sua vigência não resultaria em nenhum benefício para a Instituição, por essa razão decidiu seguir o fluxo normal da entrada em vigor da Lei, acatando as alterações na formação de bases de cálculo dos tributos federais por ela trazidas, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Medida Provisória 651, de 09 de Julho de 2014.

Mencionada medida reabriu a possibilidade de adesão ao REFIS que trata a Lei 11.941, de 27 de Maio de 2009, proporcionando a liquidação de certos passivos tributários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com descontos dos juros, multas e encargos legais componentes da dívida.

O novo prazo de adesão ao REFIS se encerra em 25 de Agosto de 2014.

A Administração está analisando sua base de contencioso tributário e até o momento não foi identificado nenhum processo com indicação de perda para o Banco, que justificasse sua inclusão no programa de refinanciamento acima mencionado.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	<u>30/06/2014</u>	30/06/2013
	10.271	1.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	699.411	667.294
Total	<u>709.682</u>	<u>668.993</u>

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>Até 3</u>	<u>De 3 a</u>	<u>Acima de</u>	<u>30/06/2014</u>	30/06/2013
	<u>Meses</u>	<u>12 Meses</u>	<u>12 Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no Mercado Aberto	699.411	-	-	699.411	666.083
Posição Bancada	689.939	-	-	689.939	666.083
Letras do Tesouro Nacional - LTN	357.076	-	-	357.076	396.033
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	332.863	-	-	332.863	270.050
Posição Financiada	9.472	-	-	9.472	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.472	-	-	9.472	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	5.287	4.082	9.369	35.162
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.082	4.082	33.730
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	517	-	517	243
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	4.376	-	4.376	798
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	394	-	394	391
Total	<u>699.411</u>	<u>5.287</u>	<u>4.082</u>	<u>708.780</u>	<u>701.245</u>
Circulante				704.698	697.522
Longo Prazo				4.082	3.723

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva
a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva/Custo	Ajuste a		30/06/2014	30/06/2013
		Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação					
<u>Títulos Públicos</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	773.785
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	940	1	941	941	860
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	71.611
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	113.365
Total Títulos Públicos	940	1	941	941	959.621
<u>Títulos Privados</u>					
Ações de Companhia Abertas	33.666	8.162	41.828	41.828	-
Total Títulos Privados	33.666	8.162	41.828	41.828	-
Total	34.606	8.163	42.769	42.769	959.621

a.1.2) Títulos Disponível para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a		30/06/2014	30/06/2013
		Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponível para Venda					
<u>Títulos Públicos</u>					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	118.527	(252)	118.275	118.275	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	440.767	257	441.024	441.024	-
Total Títulos Públicos	559.294	5	559.299	559.299	-
<u>Títulos Privado</u>					
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	-	-	44
Ações de Companhia Abertas	-	-	-	-	99.276
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.405	-	3.405	3.405	3.435
Total Títulos Privados	3.405	-	3.405	3.405	102.755
Total	562.699	5	562.704	562.704	102.755

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

				30/06/2014	30/06/2013
	Sem	De 3 a	Acima de		
	Vencimento	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	773.785
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	941	941	860
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	71.611
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	113.365
Total Títulos Públicos	-	-	941	941	959.621
Títulos Privado					
Ações de Companhia Abertas	41.828	-	-	41.828	-
Total Títulos Privados	41.828	-	-	41.828	-
Total	41.828	-	941	42.769	959.621
				30/06/2014	30/06/2013
	Até	De 3 a	Acima de		
	3 meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Títulos Disponível para Venda					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	294	3.851	114.130	118.275	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	270.915	170.109	441.024	-
Total Títulos Públicos	294	274.766	284.239	559.299	-
Títulos Privado					
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	-	-	44
Ações de Companhia Abertas (1)	-	-	-	-	99.276
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (2)	-	-	3.405	3.405	3.435
Total Títulos Privados	-	-	3.405	3.405	102.755
Total	294	274.766	287.644	562.704	-

(1) Em dezembro de 2013 foi realizado a reclassificação das ações da JBS S.A. (JBS) (JBSS3) de Disponível para Venda para Negociação, com observância a Circular nº 3.068 do Bacen gerando impacto no resultado de R\$ 22.407.

(2) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1º série e 2º série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a.e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.923	35.323
Rendas de Títulos de Renda Fixa	12.676	4.706
Resultado de Títulos de Renda Variável (1)	(11.409)	33.715
Outros	-	166
Total	50.190	73.910

(1) Em 2014 Refere-se marcação a mercado reconhecida no resultado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2014 e 2013 o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"		"Value at Risk" jun/14		jun/13
Fator Risco	Risco de Variação em :	Média	Fechamento	Fechamento
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	4.063	24.224	16
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	1	1.461
Milho	Preço do Milho CEPEA	-	-	231
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	644	140	16
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	4	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	19.044	7.030	-

Carteira "Banking"		Teste de Estresse		jun/13
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		31.536	30.119	57.661

(1) Referente ao fator de risco das ações da JBS, que foram reclassificadas para "Trading".

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2014			30/06/2013		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	4.530	1.415	954.772	2.161	3.151	86.282
Commodities	21	28	842.257	25	22	5.875
Dólar	4.509	1.387	112.515	2.136	3.129	80.407
Posição Passiva	(1.906)	(2.066)	(954.772)	(3.137)	(4.021)	(86.282)
Commodities	-	(39)	(842.257)	(12)	(88)	(5.875)
Dólar	(1.906)	(2.027)	(112.515)	(3.125)	(3.933)	(80.407)
Diferencial Líquido	2.624	(651)	-	(976)	(870)	-
Swap						
Posição Ativa	4.065	2.947	118.066	179	231	16.910
Dólar	4.005	2.900	116.998	-	-	-
CDI	-	-	-	-	57	11.492
IPCA ⁽¹⁾	60	47	1.068	179	174	5.418
Posição Passiva	-	-	(118.066)	(268)	(263)	(16.910)
Dólar	-	-	(116.998)	-	-	-
CDI	-	-	-	(268)	(263)	(11.492)
IPCA	-	-	(1.068)	-	-	(5.418)
Diferencial Líquido	4.065	2.947	-	(89)	(32)	-
Opções						
Posição Ativa	-	-	-	54	80	5.590
Commodities	-	-	-	54	80	5.590
Posição Passiva	-	-	-	(41)	(41)	(4.201)
Commodities	-	-	-	(41)	(41)	(4.201)
Diferencial Líquido	-	-	-	13	39	1.389

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	30/06/2014			30/06/2013		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.624	(3.275)	(651)	954.772	106	86.282
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	4.065	(1.119)	2.946	118.066	57	16.910
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	26	1.389
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	(362)	-	(362)	-	-	1.300.843
Total	6.327	(4.394)	1.933	1.072.838	189	1.405.424

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

				30/06/2014	30/06/2013
	Até	De 3 a	Acima de		
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(99)	(552)	-	(651)	(870)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	2.110	837	-	2.947	(32)
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	39
Total	2.011	285	-	2.296	(863)

				30/06/2014	30/06/2013
	Até	De 3 a	Acima de		
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Futuros Referencial					
Commodities	-	-	-	-	108.226
DDI	307.540	276.885	32.963	617.388	178.810
DI	20.000	232.500	13.106.500	13.359.000	954.000
Dólar	498.520	34.053	-	532.573	59.807
BGI	1.778	2.395	-	4.173	-
Total	827.838	545.833	13.139.463	14.513.134	1.300.843

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de (R\$ 362) (30/06/2013 – (R\$989)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$496.249 (30/06/2013 - R\$55.020) este representado por LTN e NTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

			01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	11.535	(13.667)	(2.132)	(837)
"Swap"	6.386	(188)	6.198	321
Opções	11	(309)	(298)	(428)
Futuros				
DI	40.585	(1.302)	39.283	1.433
DDI	9.775	(823)	8.952	(6.614)
BGI	385	(174)	211	3.370
Moedas	26.059	(7.123)	18.936	2.164
Índice	-	-	-	(483)
Milho	-	-	-	(704)
Dólar	-	(599)	(599)	(921)
S&P	-	(284)	(284)	-
Total	94.736	(24.469)	70.267	(2.699)

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 3.352 (2013 - R\$ 1.146) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2014	30/06/2013
Empréstimos e Títulos Descontados	995.126	691.756
Adiantamentos a Depositantes	32	49
Empréstimos	995.094	691.707
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	393.996	331.594
Capital de Giro	487.241	254.239
Conta Corrente Garantida	77.862	18.669
Empréstimo Consignado	35.529	85.266
Cheque Especial	36	33
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	430	1.126
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)	-	780
Financiamentos	377.310	157.291
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI ⁽²⁾	4.286	6.368
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	373.024	150.923
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	28.838	8.810
Financiamentos Imobiliários	110.018	10.814
Outros Créditos (Nota 10)	116.188	2.295
Direitos Creditórios	42.552	2.295
Adiantamento de Contrato de Câmbio	73.636	-
Sub-Total	1.627.480	870.966
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(69.057)	(61.583)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.082)	(2.295)
Total	1.557.341	807.088
Circulante	1.219.244	585.977
Longo Prazo	338.097	221.109

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				30/06/2014	30/06/2013
	Parcelas a Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 12 meses	Total	Total
Setor Privado					
Agronegócio	12.271	414.862	45.504	472.637	287.322
Indústria	1.260	340.629	168.886	510.776	128.637
Pecuária	16.383	202.825	36.761	255.969	272.893
Financeiro	7.108	11.124	667	18.898	32.000
Serviços	1.892	247.907	83.873	333.672	59.330
Pessoas Físicas	1.836	19.413	14.280	35.529	90.783
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-	3.202
Total	40.750	1.236.759	349.971	1.627.480	870.966

(1) Em 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CCB, CPR, Capital de Giro e Conta Corrente Garantida.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	Provisões	30/06/2014		30/06/2013	
				% das Provisões	Valor	% da Carteira	
10 Maiores Devedores	438.890	27%	6.013	9%	271.765	31%	
50 Maiores Devedores Seguintes	735.786	45%	27.007	39%	319.339	37%	
100 Maiores Devedores Seguintes	362.684	22%	23.191	32%	107.280	12%	
Demais Devedores Seguintes	90.120	6%	13.928	20%	172.582	20%	
Total	1.627.480	100%	70.139	100%	870.966	100%	

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição “Curso Normal” e “Curso Anormal” refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2014. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2014
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	474.275	-	474.275	2.371
B	1%	675.090	10.140	685.230	6.852
C	3%	329.206	20.062	349.268	10.478
D	10%	35.932	22.799	58.731	5.873
E	30%	1.327	5.770	7.097	2.129
F	50%	7.062	9.130	16.192	8.096
G	70%	4.930	2.897	7.827	5.479
H	100%	393	28.467	28.860	28.861
Total		1.528.215	99.265	1.627.480	70.139

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2013
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	271.121	572	271.693	1.357
B	1%	297.695	16.658	314.353	3.144
C	3%	111.818	12.994	124.812	3.744
D	10%	81.653	19.821	101.474	10.147
E	30%	3.950	3.018	6.968	2.091
F	50%	5	2.043	2.048	1.024
G	70%	2.768	21.390	24.158	16.911
H	100%	259	25.201	25.460	25.460
Total		769.269	101.697	870.966	63.878

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo Inicial	68.999	60.278
Constituições Líquida de Reversão	21.441	31.180
Baixa para Prejuízo	(21.383)	(29.876)
Saldo Final	69.057	61.582

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo Inicial	101	15.222
Constituições Líquida de Reversão	(70)	(5.895)
Saldo Final ⁽¹⁾	31	9.327

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

e.2) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo Inicial	-	2.221
Constituições Líquida de Reversão	1.082	74
Saldo Final ⁽¹⁾	1.082	2.295

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outros Créditos - Diversas".

No primeiro semestre de 2014 os créditos renegociados é de R\$ 34.649 (30/06/2013 - R\$51.117) relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

No primeiro semestre de 2014 o Conglomerado transferiu carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação), pelo valor contábil, o montante de R\$ 11.703.

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	30/06/2014	30/06/2013
Total da Carteira Cedida	11.703	113.340
Valor da Venda	11.703	111.304
Resultado com Cessão de Créditos	-	(999)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	-	25.409

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Renda de Operações de Crédito	88.252	93.953
Rendas de Financiamentos de Moedas Estrangeira	-	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.732	41.948
Resultado Taxa Cessão	-	(1.059)
Resultado com Cessão de Créditos	-	(2.036)
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(641)	-
Total	96.343	132.806

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 30 de junho de 2014.

	30/06/2014	30/06/2013
Ativo		
Câmbio Comprado a Liquidar	72.088	-
Adiantamento em moeda nacional recebida	(124)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	203	-
Outros	455	8
Total	72.622	8
Circulante	72.622	8
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	200	-
Adiantamento sobre contrato de Câmbio	(73.219)	-
Obrigações por Compra de Câmbio	73.219	8
Total	200	8
Circulante	200	8

b) Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins

	30/06/2014	30/06/2013
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	182.810	194.704
Constituições	18.802	19.423
Reversões	(22.725)	(29.233)
Saldo Final	178.887	184.894
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	17.774	9.894
Constituições	13.465	33.680
Reversões	(15.071)	(34.934)
Saldo Final	16.168	8.640

b.1) Ativo Fiscal Diferido

No primeiro semestre de 2014 e de 2013, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	30/06/2014	30/06/2013
Prejuízo Fiscal	239.403	252.802
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	59.851	63.201
Base Negativa de Contribuição Social	242.937	253.852
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	36.440	38.078
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	69.058	61.583
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	1.082	2
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	32	9.327
Provisão para Contingências Trabalhistas	22.437	5.087
Provisão para Contingências Cíveis	29.464	45.786
Provisão para Despesas Administrativas	22.522	25.089
Provisão PLR - Administradores	12.849	7.354
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488
Ajustes Futuro - DI e DDI	665	1.153
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(31)	(54)
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	631	
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	52	9.509
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos - 4,65%	(32)	(442)
Perdas em Operações de Crédito	32.997	29.132
Outras Diferenças Temporárias	7.149	3.381
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	201.514	205.040
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	214.363	212.395
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	50.378	51.260
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	32.154	31.859
Ajustes Futuro - DI e DDI	665	1.153
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	52	9.509

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	631	
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	1.348	10.662
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	63	496
Total do Ativo Fiscal Diferido	178.887	184.893
Circulante	32.549	26.342
Longo Prazo	146.338	158.552

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2014	30/06/2013
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	3.821	
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	636	5.954
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado - 4,65%	(207)	(277)
Ajuste DI e DDI futuro	33.327	14.238
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	(1.550)	(662)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	36.027	19.253
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	9.007	4.813
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	5.404	2.888
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	636	5.954
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	3.821	-
Ajuste DI e DDI futuro	33.327	14.238
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	37.784	20.192
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	1.757	939
Total do Passivo Fiscal Diferido	16.168	8.640
Circulante	16.168	8.640
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2014			30/06/2013		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Líquido dos Impostos Diferidos
2013	-	-	-	26.342	8.640	17.702
2014	32.549	16.168	16.381	39.187	-	39.187
2015	39.925	-	39.925	44.859	-	44.859
2016	20.133	-	20.133	61.878	-	61.878
2017	28.984	-	28.984	11.544	-	11.544
2018	46.981	-	46.981	1.084	-	1.084
A partir de 2019	10.315	-	10.315	-	-	-
Total	178.887	16.168	162.719	184.894	8.640	176.254

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2014 considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 142.344 (30/06/2013 - R\$ 156.927).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2014	30/06/2013
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	14.830	9.317
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.399	1.400
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.089	3.039
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	4.490	2.269
Direitos Creditórios	42.552	2.295
Valores a Receber	3.507	2.209
Adiantamentos Salariais/Outros	2.930	1.743
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	835	898
Outros	785	657
Total	73.417	23.827
Circulante	73.417	23.827
Longo Prazo	-	-

(1) Em 30 de junho de 2013 este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à Cofins a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2014	30/06/2013
Bens não de Uso - Imóveis (1)	74.116	45.784
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	6.877	6.350
Total	65.505	36.646
Circulante	6.877	6.350
Longo Prazo	58.628	30.296

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2014 o Conglomerado fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois, a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

12. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			30/06/2014	
	Direta ou Indiretamente (Mil)				
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação		
Controladas do Banco					
Original Negócios Agropecuários Ltda ⁽¹⁾	Intermediação	149.985	99,99%		
Original Investimentos Imobiliários Ltda ⁽¹⁾⁽²⁾	Investimento	99.999	99,99%		
Coligada do Banco					
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda ⁽³⁾	Securitização	3.735	23,75%		
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Resultado da Equivalência Patrimonial		
	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	Valor dos Investimentos	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013
Controladas do Conglomerado					
Original Negócios Agropecuários Ltda ⁽¹⁾	322	(1)	321	21	(1)
Original Investimentos Imobiliários Ltda ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	100	100	-
Matone Promotora (4)	-	-	-	130.419	8.665
Coligadas do Conglomerado					
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda ⁽³⁾	294	(1.088)	109	79	(177)

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Em junho de 2013 o capital social da empresa passou de R\$20.100 representado por 20.100.000 quotas no valor de R\$1,00 cada, para R\$100 com o cancelamento da emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio, até 31 de dezembro de 2013 ainda não entrou em operação está registrado na rubrica de "Outras obrigações" (Nota 14.b);

(3) Em 07 de novembro de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$350, aumentando a participação societária para 23,75%. Na AGE, datada de 20 de maio de 2013, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$100, sem alteração da participação societária, sediada na cidade de São Paulo-SP, que atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio.

(4) Investimento Alienado em Dezembro de 2013.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Imobilizado de Uso

			30/06/2014	30/06/2013
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.168	(1.102)	3.066	794
Sistemas de Processamento de Dados	27.557	(9.572)	17.985	4.494
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.207	(583)	624	657
Outros	551	(481)	70	1.865
Total	33.483	(11.738)	21.745	7.810

14. Intangível

			30/06/2014	30/06/2013
	Custo		Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	43.181		43.181	-
Gastos com Consultoria Especializada	9.460		9.460	8.026
Total	52.641		52.641	8.026

O Conglomerado está reconhecendo um intangível referente ao projeto Banco Digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes.

15. Diferido

			30/06/2014	30/06/2013
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos de Organização e Expansão	-	-	-	1.193
Total	-	-	-	1.193

16. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

					30/06/2014	30/06/2013
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	28.516	-	-	-	28.516	28.439
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	36.492
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	74.476	87.696	324.190	486.362	487.495
Total	28.516	74.476	87.696	324.190	514.878	552.426
Circulante					190.688	293.753
Longo Prazo					324.190	258.673

(1) Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)

Em 30 de junho de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 288.409 (2013 - R\$ 441.116) e CDB no montante de R\$ 198.223 (2013- R\$ 46.341)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 115,50% do CDI e 100% do IPCA + taxa entre 8,05% e 8,85% a.a. (30/06/2013 - 88% e 115,50% do CDI e IPCA 100%); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,84% a.a. e 10,80% a.a. (30/06/2013 - 5,30% a.a. e 13,75% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (30/06/2013 - 108% e 130% do CDI), ou 100% do IGPM + 8,84% a.a. (30/06/2013 - 100% do IGPM+ 8,84% a.a.) ou 100% do IPCA + taxa entre 6% e 8,65% a.a. (30/06/2013 - 100% do IPCA+ 7,65% a 8,65% a.a.).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Depósitos Interfinanceiros	183	2.341
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	24.425	26.670
Captação no Mercado Aberto	16.060	809
Outros ⁽¹⁾	2.157	9.796
Total	42.825	39.616

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos e contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2014 Total	30/06/2013 Total
Carteira Própria	-	-	-	-	10.999
Títulos Públicos ⁽¹⁾	-	-	-	-	10.999
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos	9.500	-	-	9.500	-
Títulos Públicos	9.500	-	-	9.500	-
Total	9.500	-	-	9.500	10.999
Circulante				9.500	10.999

(1) Refere-se a LTN.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2014 Total	30/06/2013 Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.779	20.717	1.791	25.287	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	112.880	259.098	28.180	400.158	213.066
Letras Financeiras - LF	-	-	1.431	1.431	-
Total	115.659	279.815	31.402	426.876	213.066
Circulante				395.474	201.216
Longo Prazo				31.402	11.850

O Conglomerado realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 50% e 103% do CDI (30/06/2013 - 50% e 110,5% do CDI e 100% do IPCA). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 2,88% a.a. e 11,66% (30/06/2013 - 6,43% a.a. e 11,92% a.a.). Para LCI com taxas praticadas para operações pós - fixadas no montante de 92% a 103% do CDI.

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras no montante de R\$ 6.174 (30/06/2013 - R\$ 559) provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2014 Total	30/06/2013 Total
Funcafé - FAC	-	6.374	-	6.374	3.033
Funcafé - Custeio	-	4.372	-	4.372	3.271
Funcafé - Estocagem	-	4.355	1.890	6.245	507
Funcafé - Capital de Giro	3.992	5.159	2.103	11.254	1.914
Total	3.992	20.260	3.993	28.245	8.725
Circulante				24.252	6.811
Longo Prazo				3.993	1.914

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

17. Obrigações por empréstimos
a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 meses	30/06/2014 Total	30/06/2013 Total
Exportação até 360 dias	15.480	15.480	-
	15.480	15.480	-

18. Outras Obrigações
a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2014	30/06/2013
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	248	120
Impostos e Contribuições sobre Salários	3.897	2.477
Outros	2.033	1.577
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	11.342	2.795
Provisão para Contribuição Social	6.154	1.440
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.a.2)	16.168	8.640
Total	39.842	17.049
Circulante	39.842	17.049

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 19.b.1.1)	22.437	5.087
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 19.b.2.1)	31.964	47.378
Provisão para Outros Créditos	1.082	9.617
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	44.452	36.543
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.198	9.108
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	9.334	23.186
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	20	53
Subscrições de Capital a Integralizar ⁽³⁾	100	100
Outras	11.418	10.129
Total	134.005	141.201
Circulante	79.604	88.625
Longo Prazo	54.401	52.576

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Em junho de 2013 ocorreu o cancelamento da emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões
a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2014 e 2013.

b) Provisões e Passivos Contingentes
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados. A partir de dezembro de 2013, além da análise do prognóstico de perda dos advogados foi incorporada a análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado possuía R\$22.437(30/06/2013 - R\$5.087) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.089 (30/06/2013 - R\$3.052).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	22.348	3.606
Constituição Líquida de Reversão	89	1.481
Outros	-	-
Saldo Final	22.437	5.087

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

No quarto trimestre de 2013 ocorreu mudança de metodologia onde o Conglomerado passou a contabilizar as provisões para as ações prováveis de acordo com prognóstico dos advogados, deixando de contabilizar a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio para todas as causas cíveis.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado possuía R\$ 31.964 (30/06/2013 - R\$47.378) de ações cíveis com saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$4.490 (30/06/2013 - R\$2.256).

b.2.1) Movimentação das Provisões para Processos Cíveis

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	26.726	43.315
Constituição Líquida de Reversão	5.238	4.063
Baixas por Pagamento	-	-
Outros	-	-
Saldo Final	31.964	47.378

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2014 e 2013 o Banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Processos Trabalhistas	146	759
Processos Cíveis	29.978	-
Total	30.124	759

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

Em 30 de junho de 2014, o capital social de R\$2.181.972 (30/06/2013 - R\$2.169.413) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

			30/06/2014			30/06/2013	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	
De Domiciliados no País	618.913.037	18.913.036	637.826.073	618.913.037	18.913.036	637.826.073	
Total	618.913.037	18.913.036	637.826.073	618.913.037	18.913.036	637.826.073	

Conforme AGE em 30 de junho de 2014 houve destinação do lucro individual do Banco Original do Agronegócio S.A para aumento de Capital no montante de R\$ 2.342 e remetido à homologação do Banco Central do Brasil.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN é de (R\$144) e por LTN R\$ 147

c) Reserva de Lucros**c.1) Reserva Legal**

Em 30 de junho de 2014 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 123 (30/06/2013 - R\$1.553), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente.

O lucro base para apuração foi do Banco Original do Agronegócio individualizado no Montante de R\$ 2.460

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2014 e 2013 não houve constituição de reserva estatutária.

d) JCP e Dividendos**Banco Original:**

Em 30 de junho de 2014 e 2013 não foram deliberados JCP e Dividendos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 o Conglomerado Financeiro Original, encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	30/06/2014	30/06/2013
Patrimônio de Referência Nível I	2.033.285	2.014.130
Patrimônio de Referência Nível II	-	3.406
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.033.285	2.017.536
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	842.610	265.127
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	249.718	175.808
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	528.742	24.824
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	64.150	64.495
Índice de Basileia III e II	26,5	83,7

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Conglomerado, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

22. Partes Relacionadas

a.) Benefícios Pós-Emprego

O Conglomerado não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2014 e 2013:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		30/06/2014	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%
Total	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		30/06/2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)						
J&F Participações Ltda (J&F)	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%
Total	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2014 e 2013, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações recorrentes e saldos são conforme segue:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2014	30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.828	99.276	-	-
Vigor Alimentos S.A.	-	21.783	-	-
JBS S.A. (JBS)	41.828	77.493	-	-
Fundo Matone V	-	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	835	855	-	-
J&F Participações Ltda	835	855	-	-
Depósito a Vista	(58)	(2.642)	-	-
JBS S.A.	(14)	(44)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(30)	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda	-	(16)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	-	-	-
J&F Participações Ltda	(2)	(12)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(3)	(1)	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	-	(3)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A	-	(20)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1)	(1)	-	-
Cascavel Couros Ltda	-	(7)	-	-
Outros ⁽¹⁾	-	(123)	-	-
Matone Investimentos S.A.	-	(3)	-	-
Matone Promotora Ltda	(3)	(2.382)	-	-
Depósito a Prazo	(104.374)	(11.145)	(79)	(611)
Matone Promotora Ltda	(3.767)	(11.094)	(71)	(611)
Original Negócios Agropecuários Ltda	(302)	(9)	(2)	-
Outros ⁽¹⁾	(42)	(42)	(3)	-
J&F Investimentos S.A.	(99.053)	-	-	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(1.210)	-	(3)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.432)	(21.976)	(5)	(124)
Matone Promotora Ltda	(1.036)	(6.893)	(5)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(1.623)	-	(56)
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(5)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(103)	-	-
Outros ⁽¹⁾	(1.396)	(13.352)	-	(68)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(20)	(77)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(24)	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda	-	(53)	-	-
Matone Promotora Ltda	(20)	-	-	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

23. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Operações de Crédito	11	-
Cobrança e Arrecadações	522	6
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	5.334	999
Outras	276	163
Total	6.143	1.168

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	33.376	24.251
Encargos	9.463	8.235
Benefícios	3.258	2.973
Honorários	-	1.364
Outras	463	386
Total	46.560	37.209

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	9.089	16.494
Depreciações e Amortizações	1.529	1.981
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	1.762	2.598
Comunicações	491	586
Processamento de Dados	6.091	3.530
Aluguéis	4.537	3.574
Transportes e Viagens	1.250	1.448
Serviços de Vigilância e Segurança	25	58
Manutenção e Conservação de Bens	472	766
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	2.271	4.595
Água, Energia e Gás	281	18
Material	252	371
Outras	3.256	3.397
Total	31.306	39.416

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

26. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Despesa com Cofins	6.808	5.546
Despesa com ISS	308	58
Despesa com PIS/Pasep	1.106	902
Tributos Municipais	1.148	-
Tributos Federais	-	1.711
Outras	161	421
Total	9.531	8.638

27. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	9	-
Atualização de Impostos a Compensar	229	-
Recuperação de Encargos e Despesas	25	-
Reversão de Provisões Operacionais		
Cíveis	-	-
Outras	(9)	771
Trabalhista	569	-
Juros Recebidos	1.987	-
Outras	21	526
Total	2.831	1.297

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	658	276
Cíveis	5.633	-
Outras	91	-
Perdas em Renegociações de Dívidas	3.239	5.992
Patrocínio	-	-
Prejuízo venda BNDU	-	407
Outras	210	-
Total	9.831	6.675

29. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Resultado na Alienação de Investimentos	2	-
Resultado de alienação Ativo Imobilizado	-	35
Perda do Valor Recuperável ativos não financeiros	(857)	-
Total	(855)	35

30. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	44.470	42.488
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	178	(8.428)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	2.586	4.181
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	9.585	4.253
Base de cálculo - CSLL	47.234	38.241
Base de cálculo - IRPJ	54.233	38.314
CSLL - 15%	(7.085)	(5.736)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(13.224)	(9.471)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.309)	(15.207)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	(127)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(20.309)	(15.334)

31. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.bancooriginal.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: "VaR (*Value at Risk*)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

O Conglomerado tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Conglomerado para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

32. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2014, o conglomerado possui o montante de R\$ 929 (2013 - R\$2.004) para coobrigação em cessões de créditos e R\$89.693 (2013 - R\$64.571) em avais de fianças concedidos a terceiros, para o qual foi constituído R\$ 731 de provisão para honra destes avais baseado em critérios consistentes com a resolução 2.682 do CMN, registrado em outras obrigações diversas.

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2014 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$12.356 (2013 - R\$8.112) referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$483 (2013 - R\$274). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Conglomerado, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.
